

ACTA N ° 07 / AM / 2010

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZ -----

Aos cinco dias do mês de Novembro de dois mil e dez, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Alteração ao Plano Director Municipal – PDM, por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo – PROTA; -----

---b) 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2010; -----

---c) Alteração ao Contrato de Direito de Superfície com o Instituto PIAGET. -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. --

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, Ângela Botelho Baltazar, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Maria de Fátima Lamas Boavida, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, José Rosado, Arnaldo Frade, Álvaro Beijinha e Carlos Pereira Dias.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

NOMEAÇÃO “AD HOC” DA 2ª SECERETÁRIA -----

Constatada a ausência da 2ª Secretária, Ângela Botelho Baltazar, o Senhor Presidente nomeou “ad hoc”, para a substituir, a Senhora Paula de Melo Lopes. -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

O Senhor Presidente deu conhecimento e colocou para apreciação da Assembleia os pedidos que chegaram à Mesa da Assembleia Municipal, dos Senhores Alexandre Rosa e Hugo Ferreira, eleitos do PS, e Igor Guerreiro, eleito da CDU.-----
Não foram levantadas objecções, pelo que o Senhor Presidente chamou para sua substituição os eleitos que se seguiam nas respectivas listas, presentes na Sala de Sessões, e convocados para o efeito. O Senhor José Joaquim Pinheiro que substituiu o Senhor Alexandre Rosa, e a Senhora Joana Duarte Silva para substituir o Senhor Hugo Ferreira.-----
O Substituto do Senhor Igor Guerreiro, não compareceu. -----

DECLARAÇÃO DE APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES -----

Pelo Senhor Daniel Silvério, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte **“Declaração de Apoio às lutas dos trabalhadores -----**

Considerando que: -----

- Os trabalhadores portugueses têm visto o seu poder de compra reduzido desde há uns anos a esta parte, devido a políticas de contenção e congelamento salarial praticadas pelos sucessivos Governos. Mais recentemente com as medidas de austeridade assistimos a um roubo directo nos salários com o agravamento de 1 a 1,5 % nos descontos para o IRS, já registados em Julho, ao mesmo tempo que se assiste a uma redução do poder de compra nos bens essenciais devido a mais um aumento do IVA.----

- Depois da aprovação dos códigos de trabalho de autoria dos Srs. Bagão Félix (PSD/CDS-PP) e Vieira da Silva (PS), abriu-se caminho a mais precariedade, desrespeito pela contratação colectiva, chantagem das entidades patronais junto dos trabalhadores, de modo a aumentar as jornadas de trabalho, e fruto do mesmo continuado desrespeito pelas condições de SST (vejamos o recente acidente que aconteceu na Petrolgal/GALP). -----

- Também por causa disto as condições de trabalho têm-se degradado na nossa região (Litoral Alentejano), as condições de Segurança e Saúde no Trabalho, não crescem ao mesmo ritmo das obras, a utilização de mão-de-obra bastante precária.-----

- Enquanto o Governo impõe estas medidas aos trabalhadores, assistimos ao aumento dos lucros das grandes empresas cotadas em bolsa, muito à custa do escandaloso aumento do preço dos serviços que prestam à comunidade, como são os casos dos combustíveis, electricidade e gás. Os bancos engordam os seus lucros a olhos vistos a uma média de 5 milhões de euros por cada dia que passa e a fuga de capitais para paraísos fiscais é escandalosa (mil e duzentos milhões de euros no 1º semestre deste ano).-----

- Foi neste contexto que, no recente dia 20/09/10, os trabalhadores das autarquias manifestaram a sua indignação e efectuaram mais uma vez uma jornada de luta exigindo mais salário, direito à contratação colectiva e fim das discriminatórias quotas de avaliação.-----

- No dia 29/9/10 assistimos novamente a duas grandiosas manifestações contra o rumo que este país está a tomar, onde se juntaram trabalhadores do sector público e do privado para dizer mais uma vez não às injustiças sociais, não ao congelamento da salários e lutaram por um emprego com direitos e uma justa distribuição da riqueza.-----

- Ainda hoje cerca de 450 trabalhadores, trabalhadoras e activistas sindicais do sector da FIEQUIMETAL se manifestaram em Lisboa junto ao ministério da economia, para entregar uma resolução, exigindo uma verdadeira estratégia de desenvolvimento do sector produtivo nacional, única alternativa para diminuir a dependência de Portugal face ao exterior e criar riqueza, bem como um plano de emergência que impeça o

encerramento de milhares de pequenas e médias empresas nacionais, e o aumento real dos salários em 2011 como forma de dinamizar o mercado interno. -----

- Também os trabalhadores da Função Pública, amanhã, dia 6 de Novembro, estarão numa dura luta contra o roubo que penaliza, em especial e fortemente, os trabalhadores do sector público. Uma luta contra: -----

1. O corte e o congelamento dos salários; -----
2. O congelamento das progressões e das promoções;-----
3. Os cortes nos abonos de família;-----
4. O aumento de 1% nos descontos para a CGA;-----
5. A redução nas comparticipações da ADSE;-----
6. Despedimentos de contratados. -----

Numa grande manifestação em Lisboa a partir das 15 horas, do Marquês do Pombal para os Restauradores.-----

- Foram estas políticas de direita e a gula lucrativa dos bancos que criaram a crise.-----

- O que chamam de inevitabilidade são opções que penalizam sempre os mesmos, e como está provado e até assumido por muitos, não é solução. -----

A Bancada da CDU reunida em Assembleia Municipal no dia 05/11/2010 decide: -----

- Saudar os trabalhadores da Autarquia de Santiago do Cacém pela forma como responderam ao apelo da sua comissão sindical e demonstraram o seu descontentamento na Luta do dia 20/9/10.-----

- Saudar todos os trabalhadores e população do Concelho de Santiago do Cacém que estiveram presentes na manifestação realizada no dia 29/9/10. -----

- Saudar todos os trabalhadores do Concelho que, descontentes com as políticas de direita, tomarão em mãos mais formas de luta de modo a exigirem um nível de vida melhor e emprego com direitos, e por este motivo estarão solidários com a Greve Geral do próximo dia 24 de Novembro.-----

Dar conta desta declaração às comissões sindicais, da C.M. de Santiago do Cacém, Repsol, Petrogal, EDP, Compelmada, Função Pública, H.L.A, APS, Terminal XXI, REN Atlântico, Santa Casa da Misericórdia ...”-----

1. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Alteração ao Plano Director Municipal – PDM, por adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo – PROTA;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1** – Aprovar a Alteração ao PDM por adaptação ao PROTA. *-----

2 - Após a aprovação da proposta de alteração do Plano em Assembleia Municipal, deverá proceder-se à sua publicação em Diário da República – 2ª série, e à publicitação do acto nos boletins municipais, bem como em dois jornais diários, num semanário de grande expansão nacional e na página institucional na Internet. -----

FUNDAMENTO: De facto: No passado dia 2 de Agosto, foi publicada em Diário da República a Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2010, que determinou a aprovação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA). ----

Esta Resolução entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação e implica a alteração ou revisão generalizada dos planos directores municipais em vigor, para efeitos de incorporação coerente e integrada das suas orientações e directrizes, bem como a alteração ou revisão dos planos especiais de ordenamento do território e demais planos naquilo que não cumpram o preconizado pelo Plano Regional.-----

De Direito: Nos termos do artigo 64º número 2 alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro assim como nos termos do artigo 97.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto -Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro (RJIGT).”-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda que com a aprovação do PROTA, o PROTALI deixará de ter eficácia. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha, com competências delegadas na área do urbanismo, o qual informou que o PROTA entrou em vigor em Agosto, sem qualquer aviso prévio, e que o Governo estabeleceu um prazo de noventa dias para os Municípios adaptarem os seus PDMs, àquele instrumento jurídico de ordenamento do território.-----

Mais informou que o PROTA limita ainda mais a construção em espaço rural e na orla costeira.-----

Interveio o Senhor Francisco Roque questionando sobre o tipo de edificações que podem ser construídas na Costa de Santo André e se as disposições do PROTA iriam condicionar, de alguma forma, o PP – Plano de Pormenor da Costa de Santo André.-----

O Senhor Vereador Álvaro Beijinha informou que não existem incompatibilidades entre o PROTA e o PP da Costa de Santo André.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o PP da Costa de Santo André foi aprovado passados catorze anos do início do processo e que o mesmo foi, entretanto, suspenso pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, para dar resposta a um disposição de Bruxelas, sem que a Câmara Municipal tenha recebido qualquer aviso prévio sobre aquela decisão. -----

A Senhora Dulce Rito perguntou para quando estava previsto o novo PDM.-----

Mais questionou, se o conceito de agricultor estabelecido no PROTA é o do arrendatário que explora o terreno com a sua família ou se é acumulativo com a condição de proprietário. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou sobre a primeira questão, referindo que o desenvolvimento dos trabalhos de revisão do PDM estava dependente do fornecimento de cartografia, da responsabilidade da CIMAL, cujos prazos já foram há muito tempo ultrapassados. Acrescentou que aquela entidade refere que o atraso se deve a questões levantadas pelo IGP – Instituto Geográfico Português. -----

Mais referiu que o problema terá que ser resolvido o mais rapidamente possível, porque está a impedir que a Equipa Técnica contratada para a revisão do PDM avance e conclua os trabalhos dentro dos prazos estabelecidos.-----

Informou ainda que houve também atraso no parecer da CCDRA, o qual demorou seis meses, quando deveria ter sido dado no prazo de um mês. -----

O Senhor Vereador Álvaro Beijinha informou que a questão sobre o conceito de agricultor foi colocada à CCDRA, a qual a remeteu para a Direcção Geral de Agricultura. -----

Interveio o Senhor Joaquim Gamito, referindo que embora considerasse importante a aprovação da proposta em discussão, do que leu, ficou com a ideia de que não faria diferença se a Assembleia Municipal não deliberasse, porque a matéria em causa seria aplicada na mesma. -----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que se sentia revoltado com a suspensão do Plano de Pormenor da Costa de Santo André, depois de tantos anos de discussão até ser aprovado, considerando que o mesmo podia trazer desenvolvimento para a Freguesia e para o Município em geral. -----

Mais referiu que se sentia também revoltado pelo facto de ainda não existirem os planos da orla marítima para o Município, enquanto outros municípios do Litoral já dispõem dos mesmos, considerando que esta situação não pode continuar, porque impede o investimento e consequentemente o desenvolvimento do Município.-----

Considerou ainda que as áreas de limitação de construção em espaço rural previstas no PROTA não são aceitáveis, tendo em conta as características daquela freguesia, pelo que, por estas e por outras medidas, lhe parecia que se anda a brincar à política. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

--- b) 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2010; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou à Senhora Vereadora Margarida Santos, com competências delegadas na área dos Recursos Humanos, a qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2010, conforme documento em anexo.*-----

FUNDAMENTOS: De facto: Um – Previsão de um novo posto de trabalho, por tempo indeterminado, carreira/categoria de Técnico Superior, com área de formação em Arquitectura Paisagista, na Divisão de Ordenamento do Território e Projecto; -----

Dois - Previsão de um novo posto de trabalho, a termo resolutivo certo, carreira/categoria de Técnico Superior, com área de formação em Economia, na Divisão de Ambiente e Saneamento Básico; -----

Três – Previsão de três novos postos de trabalho, por tempo indeterminado, carreira/categoria de Técnico Superior, com área de formação em Desporto, na Divisão Sócio-Cultural; -----

Quatro – A afectação de um posto de trabalho, a termo resolutivo certo, na carreira/categoria de Técnico Superior, com a área de formação em Engenharia Civil, existente na Divisão de Obras Municipais e Equipamento para a Divisão de Gestão Urbanística. -----

De direito: De acordo com os artigos 4º e 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Nuno Brás, eleito do PSD, referindo que a leitura que fez dos quadros lhe suscitou a dúvida, se o quadro de pessoal do Município poderia atingir oitocentos e dezanove trabalhadores.-----

A Senhora Vereadora Margarida Santos confirmou que o quadro de pessoal poderia atingir aquele número de trabalhadores ou mais, dado que não está estabelecido um número limite. Contudo, acrescentou que não existe a intenção de um aumento significativo do número de trabalhadores, mas somente a regularização de algumas situações. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, questionando sobre o número actual de trabalhadores da Autarquia e se a alteração em apreço era para integrar pessoas que já

estão ao serviço da mesma ou para admissão de novos trabalhadores através de concursos públicos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o número de trabalhadores ao serviço da Autarquia, em Janeiro do ano em curso, era de seiscentos e quarenta, incluindo estagiários, trabalhadores por tempo determinado e indeterminado, com contratos de avença e os eleitos a tempo inteiro. Mais informou que durante o ano houve uma redução dos trabalhadores contratados por tempo determinado e aumentou o número de trabalhadores por tempo indeterminado. Acrescentou que no terceiro trimestre houve uma redução dos encargos com o pessoal, em remunerações, ajudas de custo e horas extras, mas aumentaram os encargos decorrentes das medidas do Governo de agravamento das taxas sociais a suportar pelos municípios. -----

A Senhora Vereadora Margarida Santos informou que a admissão de pessoal prevista na alteração seria feita através de concurso, ao qual poderão concorrer pessoas que já desempenham aquelas funções no Município. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz e António João Antunes Isidoro. -----

Sete abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, José Joaquim Pinheiro e Joana Duarte Silva, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Dulce Rito, eleita do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “ Abstemo-nos por entendermos que o Município deveria ter uma política de contenção no que respeita à contratação de pessoal e, concomitantemente, um reajustamento dos recursos humanos já existentes. -----

Pelo Senhor José Sucena, eleito da CDU, foi feita a seguinte declaração de voto: “Votamos a favor, porque embora nos preocupe a necessidade de contenção no que respeita à política de contratação de pessoal, entendemos que não há, propriamente, a contratação de pessoal novo, mas sim a regularização de situações. Por outro lado, importa assegurar a redução da contratação, não pelos motivos referidos, mas devido aos grandes cortes que o Governo decidiu fazer no Orçamento de Estado. -----

--- c) Alteração ao Contrato de Direito de Superfície com o Instituto PIAGET.-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1º** Aprovar a alteração da cláusula décima do Documento Complementar anexo à Escritura de Constituição do Direito de Superfície celebrado entre o Município de Santiago do Cacém e o Instituto Piaget, em onze de Janeiro de dois mil e um, relativa à cedência de duas parcelas de terreno, actualmente inscritas na matriz predial urbana sob os artigo 6 026º e 5 470º e descritos na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob as fichas 3616/300101 e 3617/300101, respectivamente, da freguesia de Santo André. -----

A Cláusula Décima passa a ter a seguinte redacção: -----
 -----“Cláusula Décima-----

O superficiário obriga-se a: -----

a) – Construir e pôr em pleno funcionamento os equipamentos referidos na cláusula segunda no calendário seguinte: -----

Designação	Situação Actual	Evolução	Prazo	Observações
Complexo Universitário	Concluído e em funcionamento	Possível alargamento	Dependendo da evolução do ensino superior	
Residencial/Hotel/Apartamentos Turísticos	Concluído e em funcionamento	Alargamento para Apartamentos turísticos	<u>20 meses</u>	Após aprovação do Projecto pela Câmara Municipal
Piscina Exterior			<u>20 meses</u>	
Centro de Estágio Desportivo e Treino de Alto Rendimento	Projecto	Campos de Futebol 7+ Courts Ténis + Balneários	<u>20 meses</u>	Após aprovação do Projecto pela Câmara Municipal
		Campos de Voleibol e Futebol de Praia	<u>20 meses</u>	
	Projecto	Campo de Futebol 11 e outras modalidades	<u>4 anos</u>	
		Unidade hoteleira para apoio ao Centro de Estágio	<u>5 anos</u>	
		Pavilhão Multiusos	<u>5 anos</u>	
		Piscina	<u>3 a 5 anos</u>	
Clínica/Escola de Reabilitação funcional e Médico Desportiva	Parte Construída em Tosco	Conclusão desta Obra	<u>36 meses</u>	Estudar com a Câmara Municipal novas possibilidades de parte deste espaço ser transformado num centro de cuidados continuados/lar e centro de dia

Designação	Situação Actual	Evolução	Prazo	Observações
Restauração/Bar			<u>20 meses</u>	Após aprovação do projecto pela Câmara Municipal
Armazéns de apoio à produção editorial do Instituto Piaget e oficina de estaleiro e manutenção de apoio ao complexo do mesmo instituto	-Um armazém concluído		<u>2 anos</u>	Transformar o armazém e oficina de estaleiro em armazém de livros
	-Oficina, Estaleiro concluído		<u>2 anos</u>	
		1 a 3 armazéns conforme necessidade	<u>3 anos</u>	
Lavandaria 1ª fase			<u>20 meses</u>	Após aprovação do Projecto pela Câmara Municipal

2º - Submeter a presente alteração para aprovação da Assembleia Municipal bem como o

reconhecimento do Interesse Público dos Equipamentos agora propostos.-----

FUNDAMENTOS: De Facto: Considerando o propósito do Instituto Piaget de proceder à construção de novos equipamentos e a ampliações do existente, tendo em vista a sua melhoria e valorização, contribuindo, deste modo, também para o desenvolvimento e o progresso da Cidade de Vila Nova de Santo André. -----

De Direito: De acordo com a alínea a), nº 1 do artigo 29º do Decreto-Lei 794/76, de 05/11.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
 Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, referindo que os eleitos da CDU concordavam com a alteração proposta ao Contrato de Direito de Superfície com o Instituto Piaget, dado que o Instituto tem como objectivo o ensino universitário e que entende o mesmo de uma forma abrangente que passa, pelo desporto, ocupação de tempos livres, zonas de lazer, e tem também um departamento editorial, o que é louvável do ponto de vista do desenvolvimento cultural, e que, no seu entender e dos seus camaradas eleitos da CDU, é a base fundamental para o desenvolvimento dos povos. Acrescentou que entendem que sem uma preocupação dirigida à cultura, a qual passa por uma política do livro, da criação de bibliotecas, do ensino gratuito e capaz/competente, os países não evoluem. Não evoluem com o FMI, com orçamentos restritivos que provocam recessões económicas e que põem em causa o próprio cumprimento dos mesmos, e com organismos militaristas, como é o caso da NATO, com a qual Portugal gasta mais dinheiro do que em acções de carácter social. O que, todavia, não impede que o Governo vá receber pomposamente os representantes dos

países que integram a NATO, de dezoito a vinte do mês em curso, para o qual foi obrigado a comprar carros de combate para a segurança da reunião. -----

Acrescentou que esta contradição entre o apoio à cultura e o apoio à NATO o levava a contestar esta organização militarista, a qual surgiu no período da guerra-fria, após a grande vitória da esquerda que se seguiu à derrota do nazi-fascismo. Situação com a qual os Americanos ficaram de tal maneira aflitos que procuraram encontrar forma de combater o avanço das forças de esquerda, os comunistas, dado que na altura não havia outras ideias de esquerda. Recordou ainda que o Pacto de Varsóvia, tão contestado, e que já não existe, só foi constituído cinco anos depois (1955). -----

Acrescentou que esta forma militarista e violenta de atacar a humanidade, no sentido de impedir o desenvolvimento dum ideia de liberdade e de progresso, após a 2ª Guerra Mundial, levou, por via da guerra-fria, do plano “marshall” e por outros meios, à invenção da NATO. Organização que ainda existe não se sabe porquê, dado que foi criada numa perspectiva de defesa, o que leva a que se questione: Na defesa de quem? E existe contra quem? Pelo exposto, considerou importante que as pessoas se manifestem contra a Cimeira da Nato. -----

Interveio o Senhor Nuno Brás, eleito do PSD, começando por referir que concordava com a posição da Câmara Municipal ao considerar aquele terreno como um todo. -----

Chamou a atenção para o conteúdo da Cláusula 9ª do Contrato, a qual estabelece que *“O direito de superfície é constituído a título gratuito por se destinar a Complexo Universitário e o Centro Nacional de Tempos Livres para Deficientes, equipamentos de interesse público que assumem importância central no conjunto de objectivos referidos na cláusula segunda”*, comparativamente com o constante no quadro de redefinição, em que, da leitura que fez, lhe pareceu que o Instituto Piaget estará mais interessado em alargar a oferta turística do que avançar com outros equipamentos. -----

Por outro lado, referiu que o Instituto Piaget se propõe investir numa Unidade de Cuidados Continuados e Centro de Dia, mas parece não saber se o poderá fazer. Acrescentou que estes equipamentos obedecem a uma rede nacional e a determinadas regras, não sendo fácil a sua abertura. -----

Mais considerou que nestas situações deveria haver uma maior exigência no que respeita aos projectos propostos, sendo conveniente que os mesmos fossem acompanhados de pareceres prévios das entidades reguladoras. -----

A Senhora Vereadora Dulce Rito, eleita do PS, questionou sobre a área que falta ocupar relativamente ao contrato inicial e se o Município tinha algum plano para aquele espaço, no caso do Piaget não avançar com os equipamentos previstos. -----

Questionou ainda sobre as vantagens que o Município teve, até agora, com a construção das edificações existentes e o seu funcionamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir compreender as preocupações apresentadas, acrescentando que, no momento, não existiam muitas saídas para a resolução do problema, tendo também em conta a fase que se vive actualmente, pouco propícia ao investimento. -----

Mais informou que dos trinta e três hectares de terreno cedidos ao Piaget, só dois estão ocupados. -----

Acrescentou que quando foram acordados os termos do Protocolo, havia uma grande expectativa no incremento do ensino universitário por parte daquele Instituto, o qual apostava na criação de vários cursos, o que não veio a acontecer, porque só foram aprovadas, até agora, quatro licenciaturas, sendo que três licenciaturas na área da Saúde, de interesse nacional, relativamente às quais havia um protocolo com o Hospital do

Litoral Alentejano, nenhuma foi aprovada, o que veio alterar profundamente as perspectivas iniciais de investimento.-----
Referiu ainda que a Residencial prevista foi transformada em Hotel, sendo uma das unidades com maior taxa de ocupação no Litoral Alentejano, ao mesmo tempo que serve de apoio aos alunos do curso de hotelaria. -----
Concluiu, referindo que o que está feito no terreno é positivo, e que o plano de investimentos previsto visa a ocupação plena da área disponível. -----
Acrescentou que o Município tem mecanismos para a reversão, caso não seja concretizada a matéria protocolada. -----
Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referindo concordar com a proposta, mas gostaria de deixar alguns alertas, lembrando que no início do projecto o Governo de então dava todas as aberturas para que o mesmo fosse um sucesso, enquanto o responsável do Piaget, naquele projecto, ia para os órgãos locais de Comunicação Social criticar a Câmara, dizendo que esta não apoiava aquele investimento. -----
Mais referiu que, apesar de algumas reservas, considerava positiva a forma como o Presidente da Câmara Municipal conduziu o processo. -----
Concluiu, referindo que tinha o maior orgulho em ter o Piaget em Santo André, esperando que o mesmo possa avançar com todos os projectos.-----
O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, referiu concordar com a proposta em apreço, considerando importante que a Câmara Municipal disponha de mecanismos que possa accionar em caso de incumprimento.-----
Interveio novamente o Senhor Nuno Brás, eleito do PSD, referindo que o Centro de Estágio que o Instituto Piaget se propõe concretizar, será, de alguma forma, o assumir de um projecto, relativamente ao qual a Câmara Municipal tem diligenciado no sentido da sua concretização no Município, questionando se o mesmo poderá também ser utilizado pelo público em geral. -----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que era vantajoso para todas as partes encontrar formas de utilização pública dos equipamentos que forem construídos.-----
O Senhor Francisco Roque, eleito do BE, perguntou onde se encontrava, no processo em apreço, a parcela de terreno relativa à estrada.-----
O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que embora se tratasse de uma questão que tinha a ver com o processo em discussão, a cedência de uma faixa de terreno ao Instituto Piaget para a construção de um arruamento fazia parte de um processo autónomo, tendo como objectivo resolver problemas de desenho urbano. -----
O Senhor Vereador Arnaldo Frade pediu para usar da palavra, no sentido de alertar para a necessidade de coordenação com os municípios vizinhos, com o objectivo de rentabilização de equipamentos como o Centro de Alta Competição, os quais poderiam servir também as populações de outros municípios, contribuindo assim para uma melhor utilização das verbas para estes fins. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----
JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: O Senhor Francisco Roque, eleito do BE, fez a seguinte declaração de voto: “O BE vota favoravelmente a alteração proposta à cláusula e o reconhecimento do interesse público dos equipamentos, no pressuposto de que tal se destina a alterar a presente situação de quase abandono de algumas áreas do complexo do Instituto Piaget e viabilizar o desenvolvimento de um pólo desportivo de referência e, na educação, um conjunto de equipamentos disponíveis essenciais que possam igualmente ser utilizados pelos munícipes de Santiago do Cacém e dos restantes concelhos do Alentejo Litoral.” -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e três horas.-----
Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

